



ID: 91140513

10-02-2021

PROGRAMA APOIAR

Apoios a fundo perdido esgotados em dois meses

Os programas Apoiar e Apoiar Restauração já não estão a aceitar novas candidaturas. A “elevada procura” pelos subsídios a fundo perdido levou ao encerramento dos avisos à meia-noite da passada sexta-feira. As associações empresariais criticam o fim dos apoios em pleno confinamento e apelam a um reforço das ajudas.

ANA SANLEZ*

anasanlez@negocios.pt

Está esgotado o orçamento dos apoios a fundo perdido criados pelo Governo para compensar as empresas pelas perdas sofridas com a pandemia. Os programas Apoiar e Apoiar Restauração deixaram de aceitar novas candidaturas a partir da meia-noite da passada sexta-feira. Segundo o aviso do encerramento, publicado no portal Compete 2020, face à “elevada procura registada”, foi atingido o “nível de compromisso orçamental assumido”. A dotação total do Apoiar era de 1.050 milhões de euros, depois de dois reforços. As candidaturas vigoraram durante pouco mais de dois meses, desde 25 de novembro.

O acesso aos apoios continua aberto, até 19 de fevereiro, para as empresas que já tenham candidaturas submetidas, estejam estas aprovadas ou não. Ou seja, empresas que se tenham candidatado durante a primeira fase dos apoios, relativa às perdas sofridas nos três primeiros trimestres de 2020, ainda podem submeter um novo pedido, correspondente à extensão do programa ao quarto trimestre de 2020, que será pago a dobrar para compensar os efeitos do novo confinamento. As candidaturas abriram a 21 de janeiro.

O acesso ao Apoiar só está vedado para empresas que nunca tenham apresentado qualquer candidatura. O Negócios questionou o Ministério da Economia sobre o nível de execução dos dois programas, mas não obteve resposta até ao fecho desta edição.



O ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, anunciou em janeiro um reforço do programa Apoiar, para abranger o novo confinamento.

Além das empresas que já apresentaram candidaturas, os programas também estão ainda disponíveis para as empresas “cujo pedido de desistência para apresentação de nova candidatura já tenha sido rececionado e se encontre em análise ou já tenham tido essa autorização e ainda não tenham submetido nova candidatura”, detalha o aviso. Mantém-se igualmente válido o acesso aos apoios para as empresas que “tenham apresentado alegações contrárias às propostas de decisão ou reclamações das decisões proferidas, e da sua análise tenha resultado a indicação para submissão

de nova candidatura ou a apresentação de pedidos de pagamento”.

O Apoiar foi criado com o objetivo de compensar até 20% das perdas dos setores mais afetados pela pandemia, como o comércio, a restauração, o alojamento e as atividades turísticas e culturais, que tenham registado quebras de faturação superiores a 25% em 2020 face ao ano anterior.

Associações pedem reforço

O encerramento dos apoios já motivou diversas críticas. Em entrevista ao jornal i, a bastonária dos Contabilistas Certificados classifica o fecho como “repentino”.

Paula Franco diz que o encerramento das candidaturas não foi “transparente”, porque tinha “conhecimento de que ainda havia plafonds”.

Do lado das associações, multiplicam-se os apelos pelo reforço das ajudas. Para João Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio e Serviços (CCP), o Apoiar é um programa “de grande interesse”, mas “pouco ambicioso em termos de valores disponíveis”. Uma situação que, para o líder da CCP, “se agrava com o novo confinamento, pelo que é imprescindível que se avance rapidamente com uma nova fase”.

Já esta terça-feira, o “reforço financeiro do Apoiar” foi uma das 10 medidas defendidas pelo presidente da Confederação do Turismo (CTP), Francisco Calheiros, no âmbito da recuperação do setor. Também a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) já veio reivindicar o “reforço urgente” dos dois apoios a fundo perdido, por considerar que o encerramento das candidaturas “coloca em causa a viabilidade dos negócios, agravado pelo facto de estarmos em pleno período de confinamento e de encerramento das atividades”. ■ Com RBR



Turismo pede fim da “discriminação” de grandes empresas no acesso aos apoios

A CTP alerta que as empresas do setor do turismo estão “sem reservas” e apela ao lançamento urgente de novas medidas, incluindo o fim da “discriminação” de grandes empresas no acesso a estes apoios.

Miguel Baltazar



A Confederação do Turismo de Portugal (CTP) apela ao Governo que não discrimine as grandes empresas no acesso aos apoios lançados como resposta à pandemia. Isto numa altura em que a linha de crédito de 750 milhões de euros destinada às grandes empresas, anunciada no final do ano passado, continua por lançar.

O presidente da CTP, Francisco Calheiros, falava na conferência “O Estado do Turismo”, que decorreu esta terça-feira. Dirigindo-se ao ministro da Economia, que também participou na conferência, Francisco Calheiros elencou dez medidas consideradas urgentes para que as empresas do setor possam sobreviver até que a atividade seja retomada. Entre elas, o acesso das grandes empresas aos apoios.

“Ao contrário do que a maioria dos países tem feito, não deve haver uma discriminação das grandes empresas nos acessos aos apoios. Uma grande empresa com cinco mil colaboradores, se encerrar, tem o mesmo impacto, em termos de desemprego e de pressão sobre a Segurança Social, que o encerramento de mil empresas com cinco trabalhadores cada”, exemplificou o presidente da CTP.

O apelo é feito numa altura em que a linha de crédito destinada a esta fatia do setor empresarial continua por arrancar. Em dezembro do ano passado, recordasse, o Governo anunciou a criação de uma linha de crédito, no valor de 750 milhões de euros, destinada às grandes empresas dos setores mais afetados pela pandemia, como o turismo ou a restauração, definindo que cada empresa terá direito a um financiamento máximo de 10 milhões de euros.

Já em janeiro, em entrevista ao Negócios, Pedro Siza Vieira es-

clareceu que o Governo ainda está à espera da aprovação da Comissão Europeia a esta linha de crédito, uma vez que, no âmbito das medidas de apoio para responder à pandemia, Bruxelas só deu autorização para que os Estados-membros concedam garantias públicas a créditos destinados a pequenas e médias empresas.

O Negócios questionou o Ministério da Economia sobre se esta linha já tem a aprovação de Bruxelas e quando é que deverá estar operacional, mas não obteve resposta até ao fecho desta edição.

Turismo, “sem reservas”, pede mais apoios

Entretanto, as empresas do setor do turismo esgotaram as reservas de capital que foram utilizando para sobreviver à crise gerada pela pandemia. E precisam de novas medidas de apoio, com urgência, apelou Francisco Calheiros.

Para além da garantia de acesso das grandes empresas a estas ajudas, a CTP defende a extensão das medidas de apoio ao emprego, pelo menos, até ao final do ano, “com destaque para o lay-off simplificado, para todas as empresas com perda de faturação”.

O reforço do programa Apoiar, bem como a “revisitação das moratórias fiscais e financeiras”, é outra das medidas propostas pela CTP, que apela ainda a que o Governo prolongue os programas de apoio às rendas, tanto habitacionais como comerciais, pelo menos, até ao final do ano.

Propõe também a ampliação das medidas de apoio às empresas exportadoras, que só recentemente passaram a abranger o setor do turismo. “As empresas do turismo já podem aceder a estes apoios, mas muito poucas empresas conseguiram aceder. É fundamental que haja uma extensão destes

apoios e, dentro dela, um apoio específico para o turismo”, salientou Francisco Calheiros.

A criação de um “quadro legal de medidas que sejam previsíveis e comunicadas de forma atempada”, bem como a criação de um balcão único onde as empresas se possam dirigir para “ter todas as informações necessárias para aceder às medidas covid”, é uma das

medidas pedidas pela CTP.

Por fim, a confederação pede que sejam implementadas medidas de capitalização e que o Governo lance uma nova campanha para repor a confiança no destino Portugal. “Não aguentamos mais empréstimos. Têm de vir para cima da mesa medidas de capitalização”, frisou Francisco Calheiros. ■ RBR

1.050

FUNDOS PERDIDOS

O programa Apoiar, que inclui o Apoiar Restauração, foi reforçado duas vezes, tendo uma dotação final de 1.050 milhões de euros de fundo perdido.